

ATA Nº 13

Aos dezassete dias do mês de setembro do ano de **dois mil e dezanove**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: _____

| | |
|--|---|
| I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO | |
| II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” | |
| III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA | |
| 1º - | APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL |
| 2º - | RELATÓRIO DE CONTAS - 1.º SEMESTRE |
| 3º - | CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - RELATÓRIO PRELIMINAR |
| 4º - | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL |
| 5º - | TAXAS MUNICIPAIS PARA 2020 |
| 6º - | TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO EM VÁRIOS DOMÍNIOS 2019 – 2020 – PRONÚNCIA |
| 7º - | TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA AS FREGUESIAS PARA 2019 - 2020 – PRONÚNCIA |

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, atento à existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão, cujas faltas, efetuada através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia e foram consideradas justificadas. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Vitor Manuel Costa de Oliveira, Manuel Álvaro Guimarães Gomes; foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Ana Cláudia Gomes Moreira e Maria do Carmo Costa Branco Silva Duarte. Mais foram verificadas as **faltas** dos Membros Srs. Paulo Jorge da Cunha Esteves e Orlando Vasco da Cunha Oliveira justificadas por unanimidade. Assim sendo, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: Alberto Luís Oliveira Vilas; Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da Conceição Costa Correia; Jorge Moura Rodrigues; Vasco Rodrigo Marques Severino; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Elisabete Frade Lopes Viana; Cristóvão Amorim Pereira; Ana Raquel Soares Sanches; Avelino António Oliveira Marinho; Isabel Granjo Vaz; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Luís Manuel Gomes Amorim; Ana Margarida Garcia Tomé; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; José António Lopes Nogueira; Ana Cláudia Gomes Moreira; Maria do Carmo Costa Branco Silva Duarte; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira;

Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; João Batista Alpoim; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; António Joaquim Dias; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. _____

No período da manhã, assumiu funções de 1ª secretária, Elisabete Viana e 2ª secretária Paula Natal, enquanto que no período da tarde a 1ª secretária foi substituída pela 2ª secretaria e estas funções foram assumidas pelo Membro Sra Ana Sanches. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Manuel Rodrigues Lopes** e respetivos **Srs. Vereadores**. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se tendo registado qualquer inscrição. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário em exercício, Sr. Elisabete Viana** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 28 de junho último e 16 de setembro corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. _____

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Assembleia informou que em sede de Comissão Permanente realizada no dia 11 de setembro foi decidido apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Lima de Sousa, Presidente da Junta da União de Freguesias de Gandra e Taião, desejando sucesso ao novo Presidente de Junta, bem como que os pontos **2º-RELATÓRIO DE CONTAS - 1.º SEMESTRE e 3º-CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - RELATÓRIO PRELIMINAR** seriam discutidos juntos e votados separadamente o mesmo sucedendo com os pontos **6º - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO EM VÁRIOS DOMÍNIOS 2019 – 2020 – PRONÚNCIA e 7º - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA AS FREGUESIAS PARA 2019 - 2020 – PRONÚNCIA**. _____

Seguidamente, foram entregues à Mesa os documentos que se seguem: _____

- **Comissão Permanente:** _____
 - Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do sr. António Lima de Sousa. _____
- **Grupo Municipal do PS:** _____
 - À Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença: _____
 - Proposta de atribuição de Voto de Louvor; _____
 - Recomendação de atribuição da Chave de Honra da Cidade. _____

Os documentos apresentados à Mesa foram subscritos por todos os membros presentes na sessão. _____

A Primeira Secretária em exercício, procedeu à leitura do Voto de Pesar que se transcreve: _____

Voto de pesar.

Foi com muita tristeza e emoção que tivemos conhecimento do falecimento do Sr. António Lima de Sousa, Presidente da União de Freguesias de Gandra e Taião. O Sr. Sousa foi autarca da Freguesia de Gandra de 2001 a 2013 e a partir de outubro de 2014, autarca da União de Freguesias de Gandra e Taião. Sempre exerceu as funções com muita dignidade e empenho, defendendo os interesses dos seus fregueses com afinco. Homem humilde, honesto e trabalhador, sempre próximo da população que serviu e soube dignificar os cargos que exerceu. À sua família e à população da União de Freguesias de Gandra e Taião as nossas sentidas condolências.” _____

Procedeu-se a um minuto de silêncio, bem como, que se iria dar conhecimento deste voto de pesar à família e apresentar as mais sentidas condolências. O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. _____

Seguidamente, procede-se à transcrição da proposta de **“voto de louvor” e da recomendação de atribuição da “Chave de Honra da Cidade” à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Valença.** Em relação a esta última foi solicitado pelo Membro Sr. Óscar Silva que ficasse refletida na ata em minuta da presente sessão de forma a se agilizar os procedimentos tendentes à aprovação e entrega da mesma na sessão solene da Associação que decorrerá no próximo dia 22 do corrente mês, abrilhantando mais o momento. _____

“VOTO DE LOUVOR e FELICITAÇÃO

À **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Valença** pela sua história centenária de abnegação, altruísmo e coragem. Fundada a 27 de julho de 1919, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença celebra no decurso do presente ano o seu centenário. Esta entidade assume como missões a proteção e socorro a toda a comunidade valenciana, assim como apoio aos concelhos vizinhos e apresenta perto de 60 elementos no quadro ativo, orientando a sua ação por valores como o espírito de equipa, camaradagem e disciplina. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença desempenha um papel fulcral na nossa sociedade desde os momentos da sua fundação até aos dias de hoje com 100 anos repletos de exemplos de abnegação, altruísmo e coragem incomparáveis e inigualáveis, tantos e tão relevantes que é impossível individualizar ou particularizar apenas um. A presença na linha da frente no combate aos incêndios florestais e urbanos, o apoio imediato em emergências médicas, o socorro em acidentes rodoviários ou ferroviários, a proteção dos cidadãos em situações de calamidade natural, a pedagogia nos simulacros e ações que visam informar, formar e capacitar os seus operacionais e a população valenciana são razões mais do que suficientes para que nós enquanto representantes de um coletivo, mas sobretudo individualmente na qualidade de cidadãos prestemos um tributo mais que justo e merecido aos nossos soldados da paz. Porque ser bombeiro é ser bravo, é lutar e vencer o pior dos inimigos que se pode ter, o medo. Por isso um bombeiro é para nós um exemplo de entre os seus semelhantes porque entra em conflito todos os dias contra o seu medo sem dúvidas nem hesitações, mas cheio de determinação e coragem para ser útil e fazer a diferença na vida das pessoas. Uma citação anónima na blogosfera resume na perfeição o papel dos bombeiros: “A verdadeira chama está no coração daqueles que aceitam o desafio de fazer mais pelas pessoas e assim se vestem de heróis anónimos todos os dias. Nada pode ser maior ou mais significativo do que estar à disposição para fazer o bem sem olhar a quem. Quem é bombeiro sabe que é desse tipo de super-herói que

precisamos.” Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Valença aprova na presente sessão ordinária sob proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista um voto de louvor e felicitação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença por ocasião da celebração do seu primeiro centenário. Este voto de louvor visa relembrar na memória coletiva da comunidade valenciana o trabalho afincado e a ação relevante de todas as direções, equipas de comando, operacionais e voluntários dos quadros ativos e de honra que fizeram e fazem desta uma das entidades de maior prestígio e utilidade pública da cidade de Valença. Parabéns e longa vida à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença.” _____

RECOMENDAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE CHAVE DE HONRA DA CIDADE

À **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Valença** pela sua história centenária de abnegação, altruísmo e coragem. Fundada a 27 de julho de 1919, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença celebra no decurso do presente ano o seu centenário. Esta entidade assume como missões a proteção e socorro a toda a comunidade valenciana, assim como apoio aos concelhos vizinhos e apresenta perto de 60 elementos no quadro ativo, orientando a sua ação por valores como o espírito de equipa, camaradagem e disciplina. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença desempenha um papel fulcral na nossa sociedade desde os momentos da sua fundação até aos dias de hoje com 100 anos repletos de exemplos de abnegação, altruísmo e coragem incomparáveis e inigualáveis, tantos e tão relevantes que é impossível individualizar ou particularizar apenas um. A presença na linha da frente no combate aos incêndios florestais e urbanos, o apoio imediato em emergências médicas, o socorro em acidentes rodoviários ou ferroviários, a proteção dos cidadãos em situações de calamidade natural, a pedagogia nos simulacros e ações que visam informar, formar e capacitar os seus operacionais e a população valenciana são razões mais do que suficientes para que nós enquanto representantes de um coletivo, mas sobretudo individualmente na qualidade de cidadãos prestemos um tributo mais que justo e merecido aos nossos soldados da paz. Porque ser bombeiro é ser bravo, é lutar e vencer o pior dos inimigos que se pode ter, o medo. Por isso um bombeiro é para nós um exemplo de entre os seus semelhantes porque entra em conflito todos os dias contra o seu medo sem dúvidas nem hesitações, mas cheio de determinação e coragem para ser útil e fazer a diferença na vida das pessoas. Uma citação anónima na blogosfera resume na perfeição o papel dos bombeiros: “A verdadeira chama está no coração daqueles que aceitam o desafio de fazer mais pelas pessoas e assim se vestem de heróis anónimos todos os dias. Nada pode ser maior ou mais significativo do que estar à disposição para fazer o bem sem olhar a quem. Quem é bombeiro sabe que é desse tipo de super-herói que precisamos.” Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Valença recomenda à Câmara Municipal sob proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista a atribuição da chave da Cidade à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença por ocasião da celebração do seu primeiro centenário”. _____

Relativamente, à proposta de recomendação acima transcrita o **líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata** mencionou ser uma iniciativa louvável e na qual se reveem e subscrevem, pese embora considere que deveria ter sido proposta em tempo oportuno para a devida calendarização, uma vez que estavam a escassos dias da sessão solene da Associação e que lhe parecia improvável que a Câmara pudesse reunir nos termos legais. _____

A propósito da intervenção da Dra Inês Ferreira, o **Membro Sr. José Nogueira** solicitou autorização para

intervir, por não estar inscrito, para referir que é realidade pertinente o escasso tempo para a atribuição dea Chave de Honra da Cidade à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença, no entanto com certeza que será sanável. Termos em que sugeriu, dada a urgência, que a Assembleia Municipal se pronuncie favoravelmente acerca da sua atribuição condicionada a ratificação na próxima sessão. _____

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor e a Recomendação à Câmara Municipal no sentido de operacionalizar e decidir atribuir a Chave de Honra da Cidade à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença, na sessão solene que esta realiza no próximo dia 22 do corrente mês. _____

Seguidamente, na sequência da disponibilização do projeto da **ata n.º 12** sobre a qual surgiram pequenas correções que foram vertidas para a mesma e não tendo existido quaisquer intervenção, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo, deliberou, **por unanimidade**, aprovar a **ata n.º 12**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **28 de junho 2019**, num universo de 17 (dezasete) **Membros. Não tomaram parte na votação** por não terem estado presentes na respetiva sessão, os Membros Srs Inês Ferreira, Jorge Moura, Vasco Severino, Ana Sanche, Luís Amorim e João Alpoim, em cumprimento da disposição prevista no nº 3 do artigo 34º do Dec-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, do novo Código do Procedimento Administrativo. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Óscar Silva, Luís Amorim, Sr. António Dias, Sr. Carlos Pereira, Jorge Moura, Inês Ferreira e Paula Natal. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó**, após as habituais saudações, felicitou o executivo pelas atividades realizadas nos últimos meses, assim como referiu que o turismo continua muito centrado no intramuros e as freguesias desprovidas do mesmo, pelo que questionou qual a estratégia delineada para que se alargue a todo o concelho aproveitando a circulação do comboio turístico e outros meios de transportes. Quanto às obras que estão a decorrer no âmbito da 4ª Fase da Fortaleza, o piso já foi assento e verifica-se que as pedras extraídas das Portas da Gaviarra sobram pelo que questionou do seu motivo e o fim a que se destinam. _____

Seguidamente, a população residente na rua da Esqueireira queixou-se-lhe da escassez de contentores do lixo, tendo apelado à resolução do mesmo, assim como solicitou esclarecimentos quanto aos critérios de seleção dos espaços a limpar nas bermas na EN 13 entre a “Repsol e o entroncamento de acesso à freguesia de Cerdal”, uma vez que a limpeza é feita aleatoriamente. _____

Prosseguindo referiu que na EN 101 junto ao “Restaurante Merendola” deveria ser ponderada a existência de uma rotunda, talvez virtual, à semelhança do que já se fez noutras zonas da EN 13. Trata-se

de uma zona com muito trânsito rodoviário em que os semáforos não são a solução. _____

Alertou para a necessidade de tomar diligências nas ruínas de duas casas devolutas junto à Casa das Varandas e ao Lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia, no intramuros. _____

– O Membro **Sr. Francisco Romeu**, após as habituais saudações, mostrou-se indignado e desanimado com a falta de civismo e com os atos de vandalismos que ultimamente tem existido ecovia do rio Minho, nas freguesias de Verdoejo e e Ganfei, com a serração das mesas de madeira aí colocadas. _____

– O Membro **Sr. Carlos Pereira**, após as habituais saudações, voltou a questionou da previsão de inicio das obras na estrada de Passos, atento à pressão causada pela população. Seguidamente agradeceu à Câmara Municipal a disponibilização de uma máquina para limpeza de caminhos florestais na freguesia de Cerdal, assim como a presença dos Srs. Presidente da Câmara e Vice- Presidente no terreno e o acompanhamento que fizeram aos fogos florestais destes últimos dias ocorridos na sua freguesia deixou a população mais serena e forte. Folga em saber que o sucessor do atual Presidente da Câmara vai trilhar os mesmos caminhos. Agradeceu por terem acedido ao repto de levar o comboio turístico a Cerdal para passear os meninos do ATL. Por último, lançou o convite para a Desfolhada em Cerdal que se realiza no dia 19 de outubro próximo, que será formalizado oficialmente em tempo oportuno. _____

– O Membro **Sr. Óscar Silva**, após as habituais saudações, solicitou que o esclarecessem quanto à situação da sucessão de cargos no Município, uma vez que não se compreende que na correspondência se utilizem dois tipos de cargos para um único titular, a saber Vice Presidente e Presidente em exercício. Seguidamente, tiveram conhecimento de relatos de algumas situações desagradáveis e insultuosas propiciadas pelo motorista do Comboio Turístico para com comerciantes da Fortaleza, pelo que questionou se existia este conhecimento, sugerindo a resolução destes atritos causados pela postura pouco abonatória do motorista. Voltou a alertar para a situação do funcionamento dos semáforos existentes no intramuros causarem alguma confusão à circulação dos peões provocando desrespeito pelo sinal de trânsito. _____

- O Membro **Sr. Luís Amorim**, após as habituais saudações, alertou, por um lado, para a necessidade de responsabilizar o empreiteiro da rua da Trofa de Baixo, na Freguesia de Friestas no sentido de repavimentar os buracos persistentes e, pelo outro, para a necessidade de pavimentação da vala na rua da Branqueta, na freguesia de Valença, aberta para efeitos de colocação da conduta para as águas pluviais em toda a extensão da rua. Prosseguindo, abordou, por lhe ter sido pedido, a possibilidade de alargamento do horário de funcionamento do Cemitério Municipal até às 20h00 nos meses de verão. Por último, questionou para quando é que está prevista a revisão do PDM, uma vez que já foi mencionado que estaria previsto ainda este ano. _____

– O Membro **Sr. António Dias**, após as habituais saudações, mencionou que o Município desperdiça recursos humanos na distribuição de documentação. Mais enviou uma comunicação ao Município, via email acerca do estado de degradação da ponte romana na zona da Veiga da Mira, à qual até à data não

obteve resposta e para a qual urge adotar medidas devido aos danos sucessivamente causados pelas máquinas que nela circulam. Outra questão prende-se com a colocação de dois candeeiros na luz pública quando, na realidade, foi solicitada a colocação de um conjunto, situação que tem que ser resolvida à população que sai de madrugada, uma vez que a luz pública é dissuasora. Termos em que voltou a questionar a previsão para a ligação da luz pública durante toda a noite, situação para a qual o Município deveria ter especial atenção. Seguidamente referiu a degradação preocupante da ecopista feita em compósito, para a qual é necessária intervenção por baixo da ponte e junto ao posto do guarda fiscal, degradação que nunca derivou da utilização de herbicidas. Por último, solicitou que transmitissem ao Sr. Vereador da Cultura que não está a corresponder àquilo que lhe é devido, foram feitas promessas que continuam sem resolver, como as barracas para os pescadores. Esperava maior frontalidade, bem como, também referiu que ao longo dos anos a Junta de Freguesia manteve cordialidade com o Município na utilização do armazém na Zona Industrial do qual possuíam chaves até ao ano passado, pelo que não compreende terem deixado de possuir. _____

- O Membro **Sr. Jorge Moura**, após as habituais saudações, congratulou-se com o arranjos das bases das árvores na Avenida Miguel Dantas, arranjos que se deverão estender às demais. _____

- O Membro **Sra. Paula Natal**, após as habituais saudações, mencionou que tem por hábito anunciar as atividades culturais e desportivas que se realizam em Valença a cada fim de semana, nas quais tem existido envolvimento da população, tendo felicitado as associações e atletas, bem como, salientou a qualidade, adesão, variedade de espetáculos, a excelência e sucesso com que decorreram as festas do Concelho. Parabenzou a Comissão pelo trabalho desenvolvido e desempenhado por 3/4 pessoas. Terminou com um convite para aqueles que acham que se pode fazer mais e melhor por Valença, que a todo o tempo poderão formar uma Comissão de Festas e trabalhar. _____

- O Membro **Sra. Inês Ferreira**, após as habituais saudações, referiu que se hoje o Sr. Manuel Lopes está na qualidade de Presidente em exercício é porque Valença tem aquele que foi Presidente da Câmara durante 8 anos como cabeça de lista do PSD pelo distrito de Viana do Castelo. Acredita que o Dr. Jorge Mendes irá exercer o seu mandato de Deputado na Assembleia da República em prol dos Valencianos e do Alto Minho que tanto preza. Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro da Torre referiu que ao Vereador Sr. José Monte não lhe está atribuído o Pelouro das competências referidas, assim como a imagem que este transmite é de alguém que trabalha muito. Relativamente à semaforização para peões no intramuros referiu que Valença teria que optar apenas por um tipo de circulação, trânsito ou peões. Não se trata apenas de um problema das Portas do Meio, os cidadãos que ali circulam, em modo de turismo, não respeitam o sinal de circulação pedonal, circulando pelo meio das ruas e dificultando a passagem dos veículos, no entanto também tem noção de que ao tirar o trânsito de dentro das Muralhas os comerciantes irão ficar insatisfeitos. _____

Finalizadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara em exercício para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** começou por felicitar os Srs. Dr. Jorge Mendes e Dra. Anabela Rodrigues pela respetivas candidaturas a Deputados da Assembleia da República que muito os orgulhará a sua futura eleição e não abdicará de lhes solicitar o apoio sempre que necessário para o Município que com certeza que não lho negarão. _____

Seguidamente, referiu em jeito de esclarecimento ao Membro Sr. Óscar Silva que o Sr. Presidente da Câmara, Jorge Mendes no dia 23 de agosto, enquanto futuro candidato a Deputado da Assembleia da República solicitou a suspensão de mandato e de acordo com o previsto no disposições legais cabe ao Vice – Presidente da Câmara assumir funções enquanto perdurar. A partir do dia 6 de Outubro, o Sr. Presidente da Câmara uma vez eleito, caso assim o decida, poderá renunciar ao cargo e nesse dado momento o próprio assumirá as funções de Presidente do órgão. _____

Em relação à felicitação pelas atividades desenvolvidas, frisou à Dra. Cláudia Labrujó que se deverão realçar sejam da iniciativa do Município, das Associações ou das Freguesias. O Município tem desenvolvido diligências no sentido de aumentar o turismo nas freguesias com a existência de trilhos e ecopistas. A propósito de ecopistas, referiu que não lhe parecem mero acaso os atos de vandalismo em todo o tipo de equipamento colocado nas freguesias Ganfei, Verdoejo e Valença, roubo de 30 mecos, 30 postes de madeira, mesas de madeira implantadas com base de cimento serradas para roubar, ateados de fogo ao passadiço de apoio ao cais de pesca no parque de lazer de Ganfei. Plantaram árvores à beira do rio, terminaram há pouco tempo na Freguesia de Verdoejo e na Freguesia de Ganfei, e no local onde se fez a rampa de lançamento dos barcos, algumas delas já foram partidas pelos reboques dos barcos, pelo que diligenciou a colocação de proteções em ferro nas árvores em forma de H. A Freguesia de São Pedro da Torre também tem sido alvo deste género de atos de vandalismo. _____

Quanto às pedras sobrantes extraídas das Portas da Gaviarra justificam-se com a colocação de pedra nova em parte da obra. As pedras sobrantes do Centro Histórico foram guardadas no estaleiro municipal para futuro uso na fortaleza. Quanto aos contentores do lixo na Rua da Esqueireira até ao momento não lhe foi solicitado a colocação de mais. No que concerne ao funcionamento da limpeza da Estrada Nacional 13 referiu que é da responsabilidade da IP, a qual tem acedido, ultimamente, à limpeza por pressão dos municípios. Espaços sem limpar na mesma estrada justificam-se por serem responsabilidade de duas entidades, a Brisa e a IP, que nunca coincidem com os trabalhos, motivo pelo qual umas áreas estão limpas e as outras não estão. _____

A Rotunda física ou virtual junto ao “Restaurante Merendola” foi pensada antes da colocação dos semáforos no entanto o parecer da IP foi desfavorável por não estar previsto no Regulamento de Trânsito. Se semaforização estiver bem programada dá escoamento ao trânsito da nacional e das transversais, desde que os condutores respeitem os sinais de trânsito. _____

Na rua da trindade efetivamente existem duas casas devolutas, uma contígua ao antigo Arquivo Municipal, adquirida por um arquiteto e com processo no Município para a sua recuperação e, a outra, mais ao fundo junto ao cinema, propriedade de um espanhol, entretanto notificado para tomar as medidas necessárias. _____

Prosseguindo, em relação à presença dos líderes da Câmara nos fogos florestais, mencionou ao Sr. Presidente da Junta de Cerdal que são e continuarão a ser práticas destes, estarem presentes em situações

do género. A Câmara já fez um investimento total de quase 50.000,00€ (cinquenta mil euros) na abertura de acessos florestais nas Freguesias de Fontoura, 15 quilómetros, de Cerdal, 16 quilómetros e em São Julião, 5 quilómetros e continuará a investir para controlar os incêndios, à semelhança das diligências tomadas aquando do fogo florestal na Estrada Nacional 201 que liga a Freguesia de São Pedro da Torre ao Concelho de Paredes de Coura. Apesar de considerar um investimento bem aplicado lamenta que os infratores não sejam apanhados. O Sr. Presidente da Câmara recebeu uma chamada do Sr. Ministro da Administração Interna, na qual manifestou e reforçou a necessidade de mais vigilância no terreno, tendo surtido o efeito da disponibilização da Polícia Judiciária no terreno. Os infratores aproveitam para despoletar vários focos de incêndios quando os meios estão concentrados em determinado local e quando a temperatura é superior a 30 graus, velocidade do vento é superior a 30 quilómetros/hora e a humidade do ar é inferior a 30, dificultando assim o combate. De lamentar os infratores estejam identificados e saiam impunes por demência ou outra doença rara. _____

Tem conhecimento de algumas reclamações de comerciantes originadas pelo estacionamento do comboio turístico na Rua Conselheiro Lopes da Silva em frente aos comércios, arranjar-se-á uma solução uma vez que é uma mais-valia para a Fortaleza. Quanto ao desrespeito dos peões nos semáforos existentes no intramuros e à dificuldades de circulação automóvel, mesmo assim continua a verificar-se que o turismo não abdica e insiste em trazer o carro para o intramuros, quando a escassos 100 metros da Fortaleza existem inúmeros lugares de estacionamento, quer nas Cortinas de São Francisco, quer no Campo de Ténis, quer nos outros parques adjacentes aqui à Muralha. É uma questão de bom senso. _____

Abatimentos não só se verificam na pavimentação da estrada da Trofa de Baixo, Friestas como na antiga Nacional 101, alvo de saneamento ultimamente. O empreiteiro está à espera que ceda o que tem a ceder a vala para depois proceder à retificação definitiva e caso assim não suceda a obra tem a garantia bancária que se acionará se assim for necessário. _____

Quanto ao alargamento do horário de funcionamento do Cemitério, mencionou que o Município contratou mais um coveiro, porque este espaço tem de estar aberto aos sábados, domingos e feriados refletindo-se em tempos de compensação e férias. Admitiu-se mais 1 coveiro que neste momento é um polivalente. O alargamento do horário não está posto de parte pelo município, no inverno fechar mais cedo e compensar no verão, seria benéfico para todos. _____

Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto foi feito um **intervalo** pelas 11h00 e reiniciados os trabalhos pelas 11h20. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

Os pontos **2º e 3º** foram discutidos juntos e votados separadamente, por decisão em sede de Comissão Permanente, tendo a junção do **1º** sido objeto de sugestão de um dos Membros deste órgão. _____

PONTO 1º - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

PONTO 2 - RELATÓRIO DE CONTAS – 1º SEMESTRE-----

**PONTO 3 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO –
RELATÓRIO PRELIMINAR**

Em cumprimento das disposições conjugadas da alínea c) do nº 2 do artº 25 e da alínea y) do artº 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, foram presentes a informação com o resumo da situação financeira do Município, a listagem dos processos judiciais pendentes à data e o estado dos mesmos, o ponto de situação de empreitadas e projetos, os compromissos plurianuais assumidos e o apoio às Freguesias. Mais, por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 05 setembro corrente, foi presente o Relatório de Contas referente ao 1º Semestre de 2019, para apreciação e conhecimento, bem como, as propostas e o relatório preliminar para a adjudicação da contratação de um empréstimo de médio e longo prazo até 1.000.000,00€ à Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Noroeste, C.R.L. _____

Termos em que iniciado o período da ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições aos pontos supra referidos, tendo-se inscritos os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Luís Amorim, Óscar Silva, Paula Natal, Inês Ferreira, Jorge Moura e Elisabete Viana. _____

– O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** solicitou que a informassem do ponto de situação dos processos judiciais n.ºs 3 e 15, bem como se irão proceder ao corte dos arbustos na rua entre as rotundas da Trapicheira e Bombeiros, por se encontrarem a impedir a visibilidade na zona das passadeiras. Seguidamente, questionou se o Município já adotou alguma diligência em relação ao terreno situado em Frente ao prédio “Bruxelas” e, ainda, se está pensada alguma obra no parque de estacionamento, em terra, existente na Zona Escolar, por se verificar depósito de muita terra, cuja proveniência desconhece se das muralhas ou da escola, embora tenha conhecimento da extração de terra do intramuros para melhorar a sustentação do solo através da colocação de cimento na base do assentamento da pedra. Atenta ao decorrer do espaço de tempo, voltou a questionar o ponto de situação dos projetos de investimentos reconhecidos de interesse municipal de Ganfei e da Silva, se realmente se justificou tal reconhecimento e se efetivamente terão alguma finalidade. Em relação à circulação pedonal ou rodoviária no intramuros Valença deveria optar, à semelhança do que sucede em Viana do Castelo, pela utilização do comboio turístico, miniautocarros, etc, para deslocação dos turistas sem qualquer tipo de tropeços. _____

Relativamente ao Relatório de Contas, segundo a sua interpretação, as dívidas a terceiros parece que aumentaram, contudo solicitou que a esclarecessem. A propósito do empréstimo hoje em apreço questionou se o contraído em 2017 já foi utilizado e se para os fins a que estava afeto, uma vez que apenas verifica alguma intervenção no campo de futebol. Quanto ao empréstimo hoje em apreciação continua com a mesma interpretação do anteriormente aprovado, porque apesar da necessidade que possa existir de possuir disponibilidade financeira trata-se de um empréstimo que mais uma vez implica compromisso para 20 anos e inicia com uma prestação confortável em 2021 de 13.115,34€ (treze mil cento e quinze euros e trinta e quatro cêntimos), a partir de 2022 para 52.671,54€ (cinquenta e quatro mil seiscentos e setenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos) e termina em 2039 com uma prestação demasiado alta, de 44.005,24€ (quarenta e quatro mil e cinco euros com vinte e quatro cêntimos), embora exista a possibilidade de amortização antecipada após os dois anos de carência sem penalização. A sua posição em relação a este novo empréstimo vai ser exatamente igual à de 2017. _____

– O Membro **Sr. Luís Amorim** antes de iniciar no ponto propriamente dito, questionou da possibilidade de colocação de lombas redutoras de velocidade na Avenida de Espanha. _____

Em relação à informação escrita, questionou se as empreitadas da Escola EB 2,3 de Valença e da 4ª fase da Fortaleza estão a decorrer dentro dos prazos previstos para a respetiva execução e se esta última já está em fase de conclusão atento a que o saneamento básico na zona da antiga alfândega seria objeto de intervenção quando se finalizassem tais obras segundo o mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara. Situação que se deve acompanhar e resolver devido aos cheiros nauseabundos. _____

– O Membro **Sr. Óscar Silva** no que concerne à apreciação da informação escrita reforçou a necessidade de resolver os mosaicos dos passeios descolados/soltos na Avenida Miguel Dantas, na zona compreendida entre o antigo “Cinema Ibéria” e a “Repsol” que tem provocado quedas de pessoas. Relativamente à candidatura da Fortaleza de Valença a Património Mundial da Unesco, por ser um processo que foi sendo desenvolvido pelos vários Executivos que antecederam ao atual, já desde meados dos anos 90, mencionou que a sua efetivação tarda em suceder e a forma como o atual Executivo parece querer assumir a paternidade do projeto, transmite a ideia errada de que já seja uma evidência quando a verdade é que muito há a fazer para o consumir. Recentemente o Governo criou o projeto Turismo Militar para dinamizar o património da defesa com o objetivo de dar a conhecer a história militar do país através do parceiro RTP, o qual transmitiu programas em diversas localidades sobre o turismo e as fortificações militares e a Fortaleza de Valença se apareceu foi de forma muito residual, quando é um dos expoentes máximos a nível mundial em termos de fortificações abaluartadas com uma história militar muito rica e vasta. Deixar escapar esta oportunidade de divulgação é um erro crasso e demonstra falta de visão para os passos que se pretendem dar para a efetivação da Fortaleza de Valença como Património Mundial da Unesco. Sobre este tema e outros teve oportunidade de ler um artigo de opinião que surgiu na última edição do Jornal “O Valenciano” escrito por um ilustre valenciano, o Major Pereira de Castro, onde abordando a reestruturação do Executivo Municipal afirmou, textualmente, que “Valença fica numa encruzilhada de tarefas por cumprir e outras que é preciso empreender para garantia do seu futuro”. O Major Pereira de Castro elencou um conjunto de questões das quais comunga pelo que endereçou ao Sr. Presidente da Câmara em exercício para, se assim o entender, os esclarecer, em que ponto se encontra a candidatura da Fortaleza a Património Mundial da Unesco, que critérios faltam cumprir para a sua concretização, em que ponto está a Rota dos Museus da Fortaleza de Valença, designadamente o Museu do Paiol do Açogue, cujas instalações estão preparadas há anos e possuem material para exposição, bem como ponto de situação da remodelação do Museu da Coroada, rota uma vez concretizada poderá ser fundamental para a afirmação da Fortaleza e da cidade monumental e histórica. Por último, considerando o aumento do número de peregrinos dos Caminhos de Santiago de Compostela e o facto da limitada capacidade do atual albergue, questionou se o Município, como em tempos assumiu, irá criar um segundo albergue que permita aumentar a capacidade de alojamento face ao crescimento deste tipo de turismo. _____

– O Membro **Sra Paula Natal**, em relação à informação escrita, questionou se as bandas sonoras de borracha que estavam colocadas na Rua Tenente Manuel Luís Alves foram levantadas ou roubadas, duas delas junto à Junta de Freguesia de Cristelo Côvo e ao Café “Mineiro”. _____

– O Membro **Sra Inês Ferreira**, relativamente às obras, questionou para quando está prevista a iniciação da empreitada no cemitério de Valença e que tipo de intervenção. Relativamente às obras da sede do Agrupamento Muralhas do Minho de Valença, reconheceu estarem a decorrer bem, inclusive pelo

cuidado da empresa na segurança dos estudantes e dos trabalhadores. Quanto ao relatório de contas do 1º semestre mencionou que revela um aumento dos fundos próprios, que permite financiar 47% do ativo total do Município e que comparado com o período homólogos, o resultado líquido do exercício mantém-se idêntico. Relativamente ao empréstimo, tendo em conta as informações que receberam mencionou que iriam votar a favor, acreditando sempre na gestão rigorosa e transparente das receitas ou os fundos financeiros. _____

– O Membro **Sr. Jorge Moura** mencionou que não iria tomar parte nem na discussão nem votação do ponto 3 – Empréstimo de Médio e Longo prazo até 1 milhão de euros, por se encontrar impedido nos termos da alínea c) do nº 1 do art69º do CPA. _____

– O Membro **Sra Elisabete Viana** após as habituais saudações, no que concerne às empreitadas referiu congratular-se pela execução do arruamento envolvente ao campo da feira face à necessidade e urgência do mesmo, por forma a dignificar a circulação pedonal e rodoviária e questionou da alternativa para a feira semanal. Por último informou que ao meio dia se iria **ausentar da sessão** por motivos de ordem pessoal. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara em exercício para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** em exercício começou por responder que a empreitada do arruamento envolvente ao Campo da Feira é prioridade do Município para o próximo ano, porque para além de ser a segunda maior receita do Município, não tem desnivelamento e quando chove não consegue escoar, assim como o piso em calçada à portuguesa são um martírio para os feirantes e para circulação dos clientes com os carrinhos dos bebés e as cadeiras de rodas. Trata-se de uma obra de grande dimensão que pressupõe encargo financeiro para o Município muito grande. Também vai ser objeto de intervenção em termos de águas pluviais e de saneamento para solucionar o problema de saneamento que aparece a “céu aberto” num *bypass* que existe junto à ponte do caminho de ferro. O espaço adjacente ao campo da feira será usado em alternativa ao atual. _____

Em relação às questões suscitadas pelo Sr. Presidente da Junta de São Pedro da Torre, ao Sr. António Dias, designadamente em relação ao facto de terem ido duas pessoas entregar a documentação da sessão respondeu-lhe que o teria evitado caso a tivesse levantado nos serviços do Município, apesar de lhe assistir tal direito. Seguidamente, mencionou que a degradação da ponte romana da Veiga da Mira se deve ao aumento da tonelagem das máquinas agrícolas e dos próprios atrelados que nela circulam para silagem do milho, que no seu entender futuramente, a continuar assim desta forma, ter-se-á que limitar a passagem. Quando foi construída estava ajustada à realidade, no entanto atualmente já não corresponde às necessidades. No que concerne à colocação de apenas dois candeeiros na luz pública em São Pedro da Torre esclareceu o Sr. Presidente da Junta que acompanhou o Sr. Mário Vilarinho e o técnico da EDP na colocação dos mesmos e que apesar de esta ser gratuita para o Município, não se deveria esquecer que pressupõe o encargo com a implantação de postes e linhas e respetivo pagamento da luz. A empresa EDP faz a orçamentação, adjudicação da obra e faturação à Câmara. Quanto ao compósito plástico reciclado colocado na ecopista, mencionou que na altura era uma novidade, no entanto não mostrou ser a melhor opção tomada para aquele efeito, piso que decorrer dos anos, com as divergentes diferenças climáticas,

sofre muitas alterações e a conseqüente degradação. Terá que ser requalificado e enveredar pela colocação da madeira à semelhança do que se colocou nos novos passadiços da ecopista das Veigas de Valença, Verdoejo e Ganfei. Quanto à colocação de herbicida em Sanfins mencionou que não tem, apenas foram colocadas umas placas por forma a evitar que o trabalho desenvolvido na quinta continue a ser degradado pelos animais que andam ao abandono no monte. Seguidamente e apesar de não ser advogado de defesa, irá defender o Sr. Vereador José Monte, assim como a todos os restantes Vereadores em funções, porque se não fez mais é porque ainda não arranjou solução para o fazer e tem demonstrado excelência na execução do seu trabalho ao longo dos dias e ao longo dos anos em funções na Câmara. No que concerne ao armazém na Zona Industrial respondeu-lhe que o Município paga renda desse espaço e enquanto assim for é dono daquilo que ocupa. _____

Prosseguindo, em relação às obras nas caldeiras das árvores na Avenida Miguel Dantas mencionou que as árvores atingiram um determinado porte em que as raízes das mesmas levantam as caldeiras e o piso nos estacionamento e como considera que está fora de hipótese cortar as árvores que são muito bonitas e embelezam a Avenida não só primavera ou verão porque nos proporcionam uma sombra fantástica, como também no outono com tons coloridos no cair da folha, e apesar de no inverno causarem alguns problemas aos varredores com o cair da bolota, continuará o trabalho necessário tendente a que assim permaneçam. _____

Quanto às atividades culturais e desportivas, nomeadamente festas do concelho, também parabenizou a Comissão, a organização, todas as coletividades e associações que se envolveram no desfile do 15 de agosto, bem como todas as pessoas que se empenharam a fundo nesta realização, dedicando uma grande parte do seu tempo de ócio e de lazer a um bem público. Sem dúvida umas festas de excelência. Parabenizou também o Sr. Vereador do Pelouro, José Monte que supervisionou todo o processo inerente à logística do evento, verificando-se o seu empenho para que fossem realmente magníficas. _____

Seguidamente, mencionou que a abertura do ano escolar neste Concelho decorreu com sucesso, contrariamente ao que sucedeu noutros concelhos, pelo que felicitou a Sra Vereadora do Pelouro, Elisabete Domingues. Também aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia com parque escolar, um agradecimento pela limpeza atempada nos parques escolares e recintos de recreio. _____

No que concerne aos semáforos nas Portas do Meio mencionou que efetivamente quando existe muita concentração de turismo dentro da Fortaleza é impossível circular de carro pelo desrespeito pelos sinais de trânsito e pelos espaços ajardinados, inclusivamente já foram colocados alguns pilaretes em pedra de forma a evitar o estacionamento abusivo. _____

Em relação aos processos judiciais, o número 3 vai ser extinto com a nova empresa das águas e o número 15, trata-se de um conflito entre vizinhos em que o Município é um terceiro, devido ao contador da água estar na parede da vizinha e segundo o queixoso incomoda. Quanto ao arranjo dos arbustos da Avenida dos Bombeiros mencionou que já foram alvo de diversas alterações e substituições e o resultado destas intervenções continua a ser o mesmo, árvores continuam a morrer. Nas passadeiras já retiraram duas em cada sentido de forma a proporcionar maior visibilidade ao automobilista quando se aproxima da passadeira. No que concerne ao terreno em frente ao edifício Bruxelas informou que o Município tem notificado sistematicamente o proprietário, o Novo Banco para a limpeza do mesmo, assim como o fizeram para os tapumes e vedações que por vezes no inverno ficam derrubados com o vento. Quanto à terra depositada no antigo estaleiro da Câmara provem da abertura dos alicerces e da cave da escola, alguma seguiu para a Zona Industrial ficando apenas a necessária para ser utilizada no mesmo espaço.

Depois de retirada toda a terra tem intenção de melhorar o espaço do estacionamento, em terra, junto à zona escolar de forma a elevar a parte mais baixa e proporcionar maior visibilidade e segurança das próprias pessoas que ali estacionam. Do intramuros também tem saído bastante terra no âmbito da requalificação da 4ª fase da Fortaleza para efeitos de construção da galeria técnica, para a instalação de duas boxes, uma na posição normal e outra na posição invertida. Como todos sabem a Muralhas e os prédios dentro da Fortaleza não têm alicerces, é uma Muralha de encosto pelo que antes da escavação foi necessário fazer a entivação com perfis em aço para proteção à boxe, dando estabilidade e segurança e evitando derrocadas. Trata-se de uma galeria que poderá ser visitada sem estar preocupado com o quer que seja. Tudo o que sejam condutas de águas pluviais, saneamento, eletricidade, telefone e fibra ótica, foram encostadas a um dos lados da galeria, ficando apenas a conduta do gás fora da galeria técnica porque não é permitido por lei, sob pena de se houvesse uma fuga de gás poder dar-se ali um acidente catastrófico. Tem duas portas de entrada, uma é nas Portas Afonsinas e outra junto ao Lar da Misericórdia, e um acesso com um reservatório de água para regas do ajardinamento. ____

Em relação aos projetos de reconhecimento de interesse municipal para Ganfei e Silva estão à espera de investidor, embora neste último tenham existido alguns entraves relacionados com o Forte aí localizado. Quanto à contratação de empréstimo de 1.000.000,00€, tem por objeto três obras, 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) para Escola Muralhas do Minho, 300.000,00€ (trezentos mil euros) para o acesso à Zona Industrial e mais 300.000,00€ (trezentos mil euros) para a requalificação do Largo Acácio Fernandes, aos Esquecidos. Os empréstimos estão sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas. Efetivamente as dívidas a terceiros e o saldo de tesouraria aumentaram devido à implementação de novos modelos de faturação da EDP e respetivo acerto. Não está a hipotecar o futuro apenas a ter uma gestão financeira controlada, assim como mencionou que caso o acesso a novos projetos de candidaturas esteja subjacente ao recurso de novo empréstimo não hesitará em recorrer novamente a esta modalidade de financiamento. _____

Seguidamente, mencionou se as bandas sonoras de aproximação aos semáforos que não chegam a ter 1 centímetro foi o suficiente para que fosse feita uma reclamação junto do IP para proceder à sua retirada por parte de um dos residentes, quanto mais se se proceder à colocação de lombas numa zona que também é habitacional, como é o caso da na Avenida de Espanha, não obstante ser apologista à sua colocação nas zonas escolares apesar de também existirem algumas queixas em relação à altura das que aí foram colocadas. Apelou ao bom senso e consciência dos condutores no cumprimento do Código da Estrada. _____

As obras da E.B.2,3 estão a decorrer com normalidade e a 4ª fase teve duas prorrogações de prazo no âmbito do aparecimento de vestígios arqueológicos numa necrópole na Rua da Trindade, originando alterações na colocação das infraestruturas e pelo esquecimento da parte do Arq. Souto de Moura na previsão de uma rampa de acesso para deficientes junto à Igreja de Santo Estevão, entretanto pensado e desenhada e irá ser colocada na parte posterior da igreja, mais em frente ali ao Largo da Santa Casa da Misericórdia. O transbordo que existia do saneamento junto à Ponte Internacional ficou solucionado com as obras desta 4ª fase da Muralha. Em relação à candidatura a Património da Humanidade informou que na passada quinta-feira esteve em Lisboa juntamente com os Presidentes da Câmara de Elvas, de Marvão e de Almeida com o Sr. Embaixador da Comissão Nacional da Unesco, no Palácio das Necessidades em Lisboa na qual lhes quis impor a junção de Fortalezas abaluartadas da raia de Espanha, pressão à qual não cederam. Por último, em relação ao albergue mencionou que de momento dá resposta ao

significativo número de peregrinos os quais ainda possuem alternativas, alojamentos locais no concelho a preços acessíveis. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. **Cláudia Labrujó, Luís Amorim e Óscar Silva**, tendo os restantes prescindido. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** referiu que na pag 7 do relatório de contas do 1º semestre refere: “De realçar ainda que o aumento registado na rubrica de dívidas a terceiros a médio e longo prazo resulta do facto de o Município ter utilizado até 30 de junho cerca de 1.008,500,00€ do empréstimo contratado em 2017 no montante total” – motivo pelo qual continuou a solicitar à Mesa informação sobre a finalidade da contração do empréstimo de 1.500.000,00€ e da sua utilização. Seguidamente e porque não teve oportunidade de o referir no momento próprio para o efeito, questionou se as calhas entupidas e a vegetação no telhado no edifício do Mercado Municipal já foram limpos, assim como solicitou que o Sr. Presidente da Câmara em exercício a elucidasse acerca das funções do Sr. Veterinário Municipal e se este dispõe de veículos para a execução das mesmas, pois, este, perante a sua comunicação, via email, com conhecimento à Assembleia Municipal, acerca do abandono de um animal na Rua dos Esquecidos não teve qualquer atitude e passados uns dias o animal deambulava na Avenida de Cristelo. Perante tal falta de atividade ligou para a Clínica Veterinária a alertar novamente desta situação, da qual obteve a resposta para o transportar para verificação de chip. Inatividade que também se verifica quando se procede junto da GNR no âmbito destas situações. Se o Veterinário não tem condições deverá comunicar ao Município para a respetiva resolução. Prosseguindo, o Sr. Presidente de Câmara, Jorge Mendes, referiu há algumas Assembleias atrás que estava prevista a construção de uma residência académica para os estudantes da ESCE-Valença, pelo que questionou da previsão da mesma. Por último, questionou como é que se lembraram de construir um “lagozinho” junto à Santa Casa da Misericórdia se não foi previsto uma rampa de acesso à Igreja de Santo Estevão. _____

Perante a questão suscitada à Mesa acerca do empréstimo de 1500 mil euros o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o empréstimo que se refere na pág. 7 contratualizado em 2017 no valor de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) foi e está a ser confinado aos projetos para o qual foi aprovado, para as obras no cemitério de Valença, que segundo informações a obra iniciará em novembro, para o Parque de Lazer de São Pedro da Torre, em execução, para a 4ª fase do Centro Histórico, na fase final, para a viação rural em São Julião, Fontoura e rede viária em vários sítios da 4ª fase. _____

- O Membro **Sr. Luís Amorim** interveio apenas para recordar que ainda não tinha sido respondida a sua questão relacionada com a revisão do PDM. _____

- O Membro **Sr. Óscar Silva** questionou se efetivamente existem condições para proceder à entrega da Chave de Honra da Cidade à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença no próximo dia 22 ou se o procedimento terá que ser feita a entrega noutra altura. Relativamente à candidatura a Património Mundial da Unesco da Fortaleza questionou que critérios faltam cumprir para o efetivo reconhecimento da Unesco. Relativamente às preocupações manifestadas pela Sra. Cláudia Labrujó acerca da falta de procedimentos por parte do Veterinário Municipal, mencionou que poderiam ser

sanadas através da Selva Genial. _____

Relativamente ao Relatório de Contas do 1º semestre, tendo em conta que é um documento técnico validado pelo revisor oficial de contas do Município e em relação ao período homólogo do ano passado não há alterações substanciais, apesar de focar apenas numa pequena amostra dessas contas, o Partido Socialista estará atento e sempre que considerar pertinente solicitará, como fez no passado, documentação para comprovar de facto aquilo que é o investimento em termos financeiros do Município nas áreas estruturantes do nosso concelho, no entanto iria votar favoravelmente, Relativamente à contração do Empréstimo de Médio e Longo Prazo - Relatório Preliminar, este empréstimo foi votado e aprovado na anterior sessão da Assembleia Municipal em junho e, portanto, considerando que o procedimento seguiu os trâmites e as normas exigíveis, uma vez que foram contactadas as diversas entidades bancárias com sede no nosso concelho, mencionou que o Grupo Municipal do Partido Socialista votaria favoravelmente, considerando a finalidade do mesmo, 3 investimentos importantes no Largo Acácio Fernandes, na sede do Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho e na ligação à Zona Industrial de Gandra. _____

Dada a palavra aos **Sr. Presidente da Câmara** em exercício começou por referir as obras no Cemitério Municipal iniciar-se-ão logo a seguir ao dia dos Finados. Quanto ao investimento que está a ser feito na EB 2,3/S de Muralhas do Minho, 3.243.000,00€ (três milhões duzentos e quarenta e três mil euros), cuja participação do Município é de 1.361.000,00€ (um milhão trezentos e sessenta e um mil euros), do FEDER 1.729.000,00€ (um milhão setecentos e vinte e nove mil euros) e do Estado, 4%, 152.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), mencionou que 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) do empréstimo serão utilizados para financiar parte do mencionado encargo municipal, para que os alunos tenham melhores condições e sejam melhores profissionais no futuro. A instituição bancária que apresentou o *spread* mais baixo foi a Caixa de Crédito Agrícola. O lucro dos bancos não está nos juros porque atualmente são negativos, mas nas comissões de imobilização, na liquidação antecipada. _____

No que concerne à questão levantada pela Sra. Cláudia Labrujó, acerca da utilização de 1.008.500,00€ no incremento da dívida a terceiros de médio e longo prazo, frisou que os empréstimos têm uma finalidade e são utilizadas para o fim aprovado e a que se destinam. _____

Seguidamente, frisou que o Município já tem tido gastos extra veterinário municipal, através da contratação doutros veterinários do concelho para prestação de alguns serviços com animais atropelados na via pública, porque o veterinário municipal apesar de ter deveres e obrigações também tem direitos. Quando existe atropelamentos noturnos que envolvem veículos com danos e a conseqüente deslocação da GNR ao local, por norma contratam serviços externos, embora no caso do atropelamento de uma vaca em Ganfei que provocou danos num carro, no último dia do festival de Paredes de Coura, foi o veterinário municipal que se deslocou ao local para a identificação. Quanto à solução apresentada para estas situações não lhe parece ser a correta até porque há dias teve reunido com a responsável da Associação da Selvagenial em que o tema foi o “canil” no antigo matadouro, já sem capacidade, está no local errado e mais inapropriado mas foi a solução encontrada na altura, mas a autarquia está disposta a encontrar uma solução seja ela municipal ou intermunicipal apesar de ter a noção de que em poucas horas estará superlotado e irá suceder o mesmo que sucede com monstros da recolha da sucata e do lixo, nos concelhos mais próximos não existe e vem despejar a Valença, mas deverá perceber-se que se trata de um encargo do qual outros também estão a beneficiar e que também sucederia com um canil intermunicipal se fosse construído neste concelho. _____

Seguidamente, informou o Sr. Luís Amorim que o PDM vai ser alvo de revisão no próximo ano. _____
Em relação à candidatura da Fortaleza Património Mundial informou que em dezembro será entregue pelos Municípios interessados a versão final ao Sr. Embaixador da Unesco, em Lisboa. _____
No que concerne à atribuição da Chave de Honra da Cidade à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença informou que depende de uma decisão conjunta do executivo. _____

A propósito desta última parte da intervenção do Sr. Presidente da Câmara em exercício, o Membro **Sr. José Nogueira** referiu que poderia convocar imediatamente uma reunião extraordinária e ainda vai conseguir atribuir a Chave de Honra da Cidade à mencionada Associação.

SUBSTITUIÇÃO NO SECRETARIADO DA MESA: Neste momento a primeira secretária em exercício, **Elisabete Viana** ausentou-se da sessão e foi substituída nesta função pela Sra Paula Natal que até ao momento estava a exercer funções de segunda secretária, tendo sido convocada a apoiar os trabalhos da mesa e como segunda secretária o Membro Sra. Raquel Sanches. _____

Em seguida, procedeu-se à deliberação dos pontos apreciados.

PONTO 1º - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

Finalizados os esclarecimentos, a **Assembleia Municipal** num universo de 26 membros apreciou e tomou conhecimento: da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de agosto de 2019; da listagem dos processos judiciais pendentes em 05/09/2019 e o estado dos mesmos; do ponto de situação de empreitadas e projetos; dos compromissos plurianuais assumidos entre 19/06 a 03/09/2019 e do apoio às Freguesias entre 01/01 a 30/06/2019. _____

PONTO 2 - RELATÓRIO DE CONTAS – 1º SEMESTRE DE 2019 -----

A Assembleia Municipal, num universo de **26 (vinte e seis)** Membros apreciou o relatório de contas referente ao primeiro semestre de 2019. _____

PONTO 3 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO – RELATÓRIO PRELIMINAR -----

A Assembleia Municipal face à necessidade de cumprir os prazos de execução dos projetos financiados no âmbito do Portugal 2020 e de acordo com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, num universo de **26 (vinte e seis)** Membros, deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do Membro Sra. Cláudia Labrujó e 25 (vinte e cinco) a favor dos restantes Membros presentes, aprovar a adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido da contratação do empréstimo de médio e longo prazo até 1.000.000,00€ (um milhão de euros), à **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, C.R.L.**, nas seguintes condições:

- Montante: Até ao limite máximo de 1.000.000,00€ (um milhão de euros); _____

- Prazo: 20 anos após a data de perfeição do contrato; _____
- Período de utilização e carência: até 2 anos após a data de perfeição do contrato; _____
- Taxa de Juro: O empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à Euribor a 3 meses (Base 360 dias), acrescida de um *spread* de 0,64%; _____
- Pagamento de Juros: Trimestral e postecipadamente; _____
- Reembolso: O capital em dívida será pago em prestações constantes, iguais e sucessivas, a pagarem trimestralmente, com início após o período de carência; _____
- Reembolso antecipado: Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, sendo apenas devidos os juros relativos ao período de contagem em curso; _____
- Comissões: Não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente, comissões de imobilização, montagem, organização ou gestão.” _____

Mais deliberou, com o mesmo universo e resultado de votação, aprovar, **por maioria**, o seguinte Plano dos Encargos Orçamentais Plurianuais _____

Mapa dos Encargos Orçamentais Plurianuais Diferidos

| Despesa anos seguintes | Montante previsível da despesa | |
|------------------------|--------------------------------|-------------------------|
| | 0102.03010302 Juros | 0102.100603 Amortização |
| 2019 | 1 635,56 | 0,00 |
| 2020 | 6 506,67 | 0,00 |
| 2021 | 6 453,33 | 13 115,34 |
| 2022 | 6 189,82 | 52 671,54 |
| 2023 | 5 851,91 | 53 009,45 |
| 2024 | 5 511,84 | 53 349,52 |
| 2025 | 5 169,58 | 53 691,78 |
| 2026 | 4 825,12 | 54 036,24 |
| 2027 | 4 478,46 | 54 382,90 |
| 2028 | 4 129,58 | 54 731,78 |
| 2029 | 3 778,45 | 55 082,91 |
| 2030 | 3 425,07 | 55 436,29 |
| 2031 | 3 069,43 | 55 791,93 |
| 2032 | 2 711,50 | 56 149,86 |
| 2033 | 2 351,28 | 56 510,08 |
| 2034 | 1 988,75 | 56 872,61 |
| 2035 | 1 623,89 | 57 237,47 |
| 2036 | 1 256,69 | 57 604,67 |
| 2037 | 887,13 | 57 974,23 |
| 2038 | 515,20 | 58 346,16 |
| 2039 | 140,89 | 44 005,24 |
| TOTAL | 72 500,15 | 1 000 000,00 |

Órgão autorizador de repartição: Assembleia Municipal
Data: 02 de setembro de 2019

Por último, também com o mesmo universo e resultado de votação, aprovou por maioria os projetos de investimento a financiar pelo empréstimo de Médio e Longo Prazo em apreço, constantes do quadro abaixo, e inscritos no PPI e Orçamento do Município. _____

O Membro Sr. Jorge Moura Rodrigues não tomou parte na votação por se encontrar impedido nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 69.º do Dec - Lei nº 4/2015, de 07/01” . _____

| Designação | Valor do Projeto | Valor Empréstimo |
|---|-----------------------|-----------------------|
| 1) Ligação à Zona Industrial Gandra – Valença – fase I | 349 800,00 € | 300 000,00 € |
| 2) Requalificação do Largo Acácio Fernandes aos Esquecidos e da Av. Dr. Tito Fontes | 477 000,00 € | 300 000,00 € |
| 3) Reformulação da E.B. 2,3/S de Valença | 3 243 471,97 € | 400 000,00 € |
| TOTAL (1+2+3+4) | 4 070 271,97 € | 1 000 000,00 € |

PONTO 4º –PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL -----

Acerca do assunto foi presente a alteração ao mapa de pessoal 2019 se prende, sobretudo, com as competências transferidas para o Município na área da educação objeto da proposta aprovada em reunião de Câmara Municipal de 22 de agosto findo e que seguidamente se transcreve: _____

“Proposta de alteração do mapa de pessoal

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, doravante LTFP, os órgãos e serviços prevêm anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução; _____

Que nos termos do estatuído no n.º 2 da mesma disposição legal o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, devidamente caracterizadas; _____

Considerando que, por força do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e ulteriores alterações os mapas de pessoal, dos municípios, são aprovados, mantidos ou alterados pela assembleia municipal; _____

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 29.º da LTFP as alterações aos mapas de pessoal que impliquem um aumento de postos de trabalho carecem de autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou o serviço, de cabimento orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, sendo que por força do disposto no n.º2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 as referências feitas ao membro do governo consideram-se feitas, nos municípios, ao presidente da câmara municipal; _____

Considerando que, em relação à cabimentação orçamental as despesas associadas aos postos de trabalho, a prever no mapa de pessoal, estão devidamente salvaguardadas, no orçamento municipal; _____

Considerando que, no decorrer do presente ano verificou-se: _____

- - quanto aos assistentes operacionais, dez desligaram-se do serviço por aposentação, um por falecimento e cinco já pediram a aposentação encontrando-se a aguardar; _____
- - quanto aos assistentes técnicos desligaram-se dois do serviço e um encontra-se a aguardar; _____

Em relação às contratações no decorrer do presente ano foram abertos três procedimentos concursais comuns para preenchimento de postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para assistente operacional, nas seguintes áreas funcionais – 1 carpinteiro; 5 para sapador florestal (mas só se conseguiram preencher 4 lugares) e 2 para condutor de máquinas pesadas e veículos especiais. Foi, ainda aberto 1 procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para coveiro. _____

Por outro lado, considerando a transferência de competências no domínio da educação que se concretizou ao abrigo do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, verifica-se a necessidade da colocação de mais pessoal. _____

Nos últimos anos o Município tem garantido grande parte do apoio às escolas do ensino básico mediante o recurso a prestações de serviços e a contratos de emprego inserção (CEI). _____

O Município de Valença tem que garantir a existência da componente de animação e apoio à família – período que

medeia entre as 15h30 e as 17h00) em 8 jardins-de-infância e em 7 Escolas Básicas do 1.º ciclo como a componente das AEC’s (atividades de enriquecimento curricular). _____

Considerando o aumento das competências transferidas que exige uma aumento da capacidade de resposta face às diversas solicitações que diariamente nos chegam; _____

Considerando, ainda, que foram colocados em mobilidade intercarreiras alguns trabalhadores os quais por força do disposto no artigo 99.º-A, da Lei 35/2014, de 20 de junho, com a alteração introduzida pela Lei 42/2016, de 28 de dezembro, podem ser consolidados definitivamente por decisão do responsável pelo órgão executivo desde que reunidas, cumulativamente, as seguintes condições: _____

a)Exista acordo do trabalhador; _____

b)Exista posto de trabalho disponível; _____

c)Quando a mobilidade tenha tido a duração do período experimental estabelecido para a carreira de destino. _____

Das condições exigidas não se encontra reunida a existência de posto de trabalho disponível. _____

Considerando que, para dar sequência ao provimento dos lugares os mesmos têm que estar contemplados no mapa de pessoal, tendo este que ser submetido à aprovação do órgão executivo e posteriormente ao órgão deliberativo propõe-se a seguinte alteração ao mapa de pessoal: _____

| UNIDADE ADMINISTRATIVA | Cargo / Carreira / Categoria | Área de formação académica e/ou profissional | Contrato indeterminado (a prover) | A prover | Obs. |
|---|------------------------------|--|-----------------------------------|----------|-----------------|
| | Coordenador técnico | | 1 | 1 | em mobilidade |
| UNIDADE DE URBANISMO E PLANEAMENTO | Cargo / Carreira / Categoria | Área de formação académica e/ou profissional | Contrato indeterminado (a prover) | A prover | Obs. |
| | Assistente técnico | | 1 | | em mobilidade |
| UNIDADE DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS | Cargo / Carreira / Categoria | Área de formação académica e/ou profissional | Contrato indeterminado (a prover) | A prover | Obs. |
| | Encarregado Operacional | | 1 | 1 | em mobilidade |
| UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO | Cargo / Carreira / Categoria | Área de formação académica e/ou profissional | Contrato indeterminado (a prover) | A prover | Obs. |
| | Técnico Superior | Desporto Educação | 8 | 8 | |
| | Assistente técnico | | 8 | 8 | 2 em mobilidade |
| | Assistente Operacional | | 10 | 10 | |

De referir que na Divisão de Desenvolvimento Humanos, no atual mapa de pessoa, encontram-se previstos na carreira de assistente operacional 5 postos de trabalho, a prover, para contrato de trabalho a termo certo e pretende-se que estes passem para contrato indeterminado.” _____

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Óscar Silva, António Dias e Aurélia

Correia. _____

- O Membro **Sra Cláudia Labrujó** solicitou, apesar de ir votar favoravelmente, que a esclarecessem o motivo desta alteração do mapa pessoal, se se tratam apenas de mobilidade ou se vai existir alguma alteração a nível de departamentos e se será apenas para pessoas que já se encontram a exercer funções na autarquia. _____

- O Membro **Sr. Francisco Romeu** questionou se os assistentes operacionais seriam para dar apoio às juntas de Freguesias no âmbito da transferência de competências e para as carecem recursos humanos. _

- O Membro **Sr. Óscar Silva** mencionou que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar a favor da alteração ao mapa de pessoal 2019, porque parte significativa dessas alterações se devem à transferência de competências para o Município na área da Educação e exige a adequação do quadro de pessoal ao alargamento das funções agora exigidas. A propósito, a Academia de Música Fortaleza de Valença no contexto do alargamento da sua atividade necessita de um assistente operacional, pelo que questionou se esta situação seria enquadrável no mapa de pessoal ou nesta alteração tendo em conta a importância crescente que o ensino musical está a ter para as crianças e jovens do concelho. Por fim questionou o impacto financeiro que esta reestruturação suporia para o Orçamento Municipal do corrente ano. _____

- O Membro **Sr. António Dias** comunga da opinião do Sr. Francisco Romeu na questão dos recursos humanos para as freguesias pelo que seria expectável, embora não acredite, a sua previsão no mapa e a sua incorporação ao serviço das Juntas de Freguesia nos anos vindouros. _____
Seguidamente e embora fora do ponto, acrescentou que não se pronunciou sobre o ponto 2 em consonância com as suas intervenções anteriores, assuntos sobre os quais ainda não obteve resposta à informação solicitada, via *email*, à presidência desta Mesa. _____

- O Membro **Sr. Aurélia Correia**, após as habituais saudações, segundo as informações esta alteração ao mapa de pessoal obedece a mobilidade interna e a possibilidade de abrir novas vagas em concurso para áreas de pessoal, pelo que votariam a favor. _____

Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu à Sra. Cláudia Labrujó que existem quatro funcionários em situação de mobilidade, por progressão na carreira adquirido por mérito próprio, 1 assistente técnico, 1 coordenador técnico, 1 encarregado operacional e 2 assistentes técnicos, técnicos superiores, 2 Educação, 1 Biblioteca e 5 Desporto, os assistentes técnicos são 3 para a Educação, 2 em mobilidade e 3 técnicos de Desporto. Os assistentes operacionais são 10, 5 para as escolas e 5 que estavam a contrato a tempo certo que passam a tempo indeterminado. O maior peso em termos de funcionários encontra-se nas Escolas, que não existe em mais nenhum país da Europa. _____

Em relação à falta de funcionários nas Juntas de Freguesias o mesmo sucede com o Município nos estaleiros na Zona Industrial. Infelizmente neste país há muitos profissionais no desemprego com RSI, com pleno conhecimento dos seus direitos mas não dos seus deveres. _____

A Academia de Música é uma entidade particular que recebe subsídios da autarquia que se tem mostrado sempre disponíveis para qualquer entidade dinamizar e formar os jovens. _____

Em relação à intervenção do Sr. António Dias referiu-lhe que devia ler o parecer dos revisores oficiais de contas. _____

Antes de prosseguir o Membro **Sr. José Nogueira** solicitou autorização para intervir, tendo questionado em que dados o Sr. Presidente da Câmara em exercício consubstancia a subida de impostos. _____

- O Membro **Sra Cláudia Labrujó** lembrou que falta respondeu à situação da residência académica e se há previsão de obras, e relativamente à situação dos animais não a esclareceu qual é a solução de futuro. Soube que a escola primária de Valença está com menos salas da primária relativamente aos outros anos, pelo que questionou o motivo. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Sr. José Nogueira que não ter fez considerações acerca da subida dos impostos, bem como referiu à Sra. Cláudia Labrujó que o Sr. Presidente da Câmara, Jorge Mendes disse anteriormente que estavam em negociações, o antigo Posto da Guarda Fiscal para a residência escolar. Ora como se trata de um prédio que não é propriedade municipal não podem fazer obras numa propriedade que não lhes pertence. No que diz respeito ao canil o único em funcionamento é o intermunicipal e não vão ter iniciativa para a sua construção pelo menos enquanto se mantiverem as participações devidas pelo funcionamento do canil intermunicipal. Portanto, se a iniciativa for conjunta farão parte da solução e se for individual construirão um canil municipal. Em relação ao ensino primário, este ano há mais crianças na escola primária. _____

Terminadas as intervenções e os necessários esclarecimentos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, tendo a Assembleia Municipal num universo de **28 (vinte e oito)** Membros, aprovado, por **unanimidade**, a alteração do mapa de pessoal de acordo com a proposta acima transcrita.

Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto, foi decido interromper para almoço das 13h15, às 15h15. Reiniciados os trabalhos, prosseguiu-se para o ponto 5. _____

PONTO 5º – TAXAS MUNICIPAIS PARA 2020 -----

Foi presente a proposta apresentada pela Sr. Presidente de Câmara datada de 05 de agosto de 2019 para a fixação das taxas municipais para 2020, objeto de aprovação em reunião de Câmara Municipal de 05 de setembro corrente. Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito o Membro Srs. Óscar Silva. Foi sugerido que, antes das intervenções, fosse feita uma breve introdução do assunto pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em exercício, aceite a sugestão pelos presentes, foi-lhe dada a palavra para uma breve explanação. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** referiu que a proposta de alteração das taxas municipais versa-se no IRS das pessoas singulares de 3% para 3,5%, que representa um esforço financeiro para o Município na ordem dos 228.408,00€ (duzentos e vinte e oito mil euros quatrocentos e oito euros, receita que poderia ir até 5%, dos quais apenas 1,5% é arrecadado para o Município. Justo que os contribuintes sejam ressarcidos. Na sua era de Presidente de Junta, anos 2003 e 2004 apresentou uma proposta em sede de Assembleia Municipal para a redução no IRS que não foi aprovada e mau seria que agora aos comandos do Município não a propusesse. No que diz respeito às taxas do IMI, permanecem inalteradas, no mínimo permitido a nível nacional. Os Três Municípios do Alto Minho que têm a taxa mais baixa para além de Valença, são Vila Nova de Cerveira, Ponte da Barca e Monção. Em relação ao IMI familiar com dependentes a cargo, mantém-se a mesma bonificação do ano anterior, 1 filho- 20,00€, 2 filhos- 40,00€,

3 ou mais- 70,00€. Derrama mantém-se igual, 0,5% e 1,5% respetivamente para lucro tributável acima de 150 e abaixo de 150, e nos prédios em ruínas ou nas mesmas situações elevar até ao triplo o valor do IMI. Tem-se verificado que já houve reabilitação quer intramuros, quer no extramuros. Em suma, o Município está a abdicar desta receita a favor dos contribuintes, ficando com um Orçamento mais reduzido. _____

- **O Membro Sr. Óscar Silva** referiu que tendo em conta que na generalidade as taxas municipais para 2020 são similares à do ano anterior, continuando com o IMI familiar, com a taxa mínima permitida para o IMI urbano e rústico e que o funcionamento do Município também depende substancialmente daquilo que são as receitas arrecadadas nestas taxas, pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista votaria a favor. _____

Termos em que num universo de **23** Membros deliberou, **por maioria**, com 22 votos a favor e uma abstenção do Membro Sra. Cláudia Labrujó, fixar as seguintes taxas de **Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI** a vigorar em 2020: _____

1.1. Nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI: _____

- Prédios Rústicos: 0,8% (artigo 112.º, n.º 1 al. a)); _____
- Prédios Urbanos: 0,3% (artigo 112.º, n.º 1 al. c)). _____

1.2 No âmbito de uma política global de recuperação e revitalização da Fortaleza de Valença e de incentivo ao arrendamento: _____

1.2.1 Elevar ao triplo as taxas aprovadas no ponto 1.1 para os prédios urbanos que se encontrem em ruínas, tal como definidos em diploma próprio, localizados dentro dos limites intra-muros da Fortaleza de Valença. _____

1.2.2 Majorar em 25% as taxas aprovadas no ponto 1.1 para os prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, localizados dentro dos limites intra-muros da Fortaleza de Valença e espaço confinado até ao Limite da Zona Especial de Proteção da Praça Forte de Valença do Minho (ZEP – D.G., II Série, n.º 290 de 13 de dezembro de 1958). _____

1.3. Na sequência da alteração introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para 2016 ao código do Imposto Municipal sobre Imóveis, no sentido de permitir fixar uma redução fixa, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, nos casos em que se trate de imóvel destinado a habitação própria e permanente. _____

1.3.1 Nos termos do n.º 1 do artigo 112º A do CIMI (IMI Familiar): _____

- Fixar uma redução de 20 € para as famílias com 1 dependente a cargo; _____
- Fixar uma redução de 40 € para as famílias com 2 dependentes a cargo; _____
- Fixar uma redução de 70 € para as famílias com 3 ou mais dependentes a cargo. _____

No mesmo universo de Membros e com o mesmo resultado de votação deliberou, **por maioria**, fixar a seguinte taxa de **Derrama referente a 2019 a cobrar em 2020**: _____

- 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC com um volume de negócios superior a 150.000 euros _____
- 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC com um volume de negócios inferior a 150.000 euros _____

Continuando com o mesmo universo de Membros e resultado de votação, a Assembleia Municipal

deliberou também, **por maioria**, fixar a taxa de Participação variável no IRS relativa aos rendimentos do ano de 2020, **em de 1,5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial** (bonificação municipal de 3,5%). _____

Por último, mantendo-se o mesmo universo de Membros e resultado de votação, deliberou, **por maioria**, fixar a **Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP para o ano de 2020 em 0,25%**. _____

Quanto aos benefícios fiscais e medidas de incentivo à reabilitação urbana do Centro Histórico de Valença e da Área Central da Cidade de Valença, encontram-se definidos nas ARU's respetivas, aprovadas na Assembleia municipal de 30 de setembro de 2015. _____

Passando à apreciação dos pontos **6º e 7º** conjunta e votação de forma individualizada, de acordo a informação transmitida no início da presente sessão e conforme estabelecido em sede de Comissão Permanente. _____

PONTO 6º – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO EM VÁRIOS DOMÍNIOS 2019_2020 – PRONÚNCIA -----

PONTO 7º – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA AS FREGUESIAS 2019–2020_ DEC-LEI 57/2019 – PRONÚNCIA -----

Foi presente a proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência de competências em 2019 em matéria de saúde e áreas protegidas e em 2020 em matéria de praias; vias de comunicação; estruturas de atendimento ao cidadão; habitação; estacionamento público; proteção e saúde animal; cultura; saúde e áreas protegidas, objeto de deliberação em sua reunião de 05 de setembro corrente. _____

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Membros Srs. Francisco Romeu, Óscar Silva e Paula Natal. _____

- O Membro **Sr. Francisco Romeu** deu conhecimento de que a sua freguesia aceitou as competências em coerência com aquilo que já executa e no âmbito do acordo de execução celebrado com o Município. Decisão que já tinha informado o Município. Atendendo a que em 2021 serão obrigados a aceitar todas as competências seria interessante começarem a encetar negociações agilizando todo o procedimento em termos de recursos humanos e financeiro. _____

- O Membro **Sr. Óscar Silva** referiu que em relação ao ponto 6 - transferência de competências para o Município, no que concerne às competências contempladas nos diplomas da Saúde e das Áreas Protegidas para 2019 e 2020 o Grupo Municipal do Partido Socialista iriam votar a favor da sua não aceitação, tendo em conta o impacto financeiro que ambas suporiam para a autarquia. Relativamente às restantes propostas de não aceitação das competências apresentadas pelo Município, para o ano de 2020, o Grupo Municipal do Partido Socialista mantêm a decisão tomada para 2019 e iria votar contra a proposta de não aceitação da gestão das praias fluviais e do estacionamento público. por considerarem que em ambos os casos, com um envelope financeiro reconhecidamente reduzido seriam duas importantes fontes de receita e no caso das praias fluviais até de uma possibilidade de valorização da zona ribeirinha, pelo que não entendem a rejeição das mesmas. Relativamente à proposta de não aceitação das competências da gestão das Vias da Comunicação, Estruturas de Atendimento ao Cidadão, Habitação, Proteção e Saúde Animal, Cultura para 2020, compreendendo globalmente as preocupações do Município com o envelope financeiro, referiu que iriam votar a favor a proposta de não aceitação das referidas competências. Todo o processo de descentralização das competências está no início e associado

a ele um período de transição até 2021 e todo o receio que agora se verifica devido ao impacto financeiro que pode ter a aceitação de alguns dos diplomas, a realidade é que o impacto e a confusão será muito maior, para o Município, em 2021 com a transferência da totalidade dessas competências. Obviamente o Governo tem também a sua parte de responsabilidade na negociação com os Municípios e no esclarecimento em termos de envelope financeiro e de todas as consequências que advenham da aceitação das mesmas, mas também cabe aos Municípios, como parceiros no poder local, de terem um papel mais proativo na sua adaptação. Quando se está afastado do poder central, como é o caso de Valença, existe tendência a criticar o centralismo, mas agora que há uma hipótese de descentralização apesar de não ser a ideal é a oportunidade de fomentar e contribuir com soluções para a melhoria dos diplomas que vão sendo apresentados para a transferência dessas competências. _____

Relativamente ao ponto 7 da transferência de competências do Município para as Freguesias mencionou que votariam favoravelmente a proposta de não aceitação dessas competências por parte das Freguesias por grande parte já estarem protocoladas no acordo de execução celebrado com o Município e porque, conforme transmitido pelo Sr. Presidente da Câmara na reunião do Executivo, a maioria dos Presidentes de Junta recusaram estas competências, pelo que votariam em consonância com esta postura. _____

- O Membro **Sra. Paula Natal** relativamente à transferência de competências para o Município nos vários domínios e a transferência de competências do Município para as Freguesias, referiu que, apesar de o Município já ter assumido algumas delas, não existem capacidades técnicas e humanas para a aceitação de todas as competências previstas enquanto o Governo não clarificar e proporcionar condições. _____

Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal em exercício começou por** mencionar que a distribuição de competências está associada a exigências para as quais o Governo, mais uma vez, não lançou o respetivo envelope financeiro, à semelhança do que sucedeu com a transferência de competências do pessoal não docente, traduzindo-se, se se enveredasse pela aceitação, num colapso financeiro para o Município. Não bastando, associado à transferência de competências do Município para as freguesias, algumas já delegadas através do acordo de execução com as Freguesias com suporte financeiro associado, está a transferência de recursos humanos. Efetivamente o Município, em 2021, terá que aceitar todas as competências que não aceita neste período de transição e para as quais terá que se preparar adequadamente. Por último, respondeu ao Sr. Francisco Romeu que a quantidade de competências poderá não significar transferência de verbas muito superiores às que já recebe pelas que lhe foram delegadas. _____

PONTO 6º – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO EM VÁRIOS DOMÍNIOS 2019-2020 – PRONÚNCIA -----

A Assembleia Municipal procedeu a votação individualizada e deliberou, de acordo com o indicado em cada uma das competências, comunicar à Direção Geral das Autarquias Locais que o Município de Valença não aceita, nos anos 2019 e 2020, a transferência das seguintes competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, de acordo com indicação, a saber: _____

| | | |
|-------------------------|-----------|---|
| Em 2019: | | |
| SAÚDE | | |
| Votos contra | 0 | _____ |
| Abstenções | 0 | _____ |
| Votos a favor | 23 | Dos restantes Membros presentes. _____ |
| Aprovado por | | unanimidade , não aceitar as competências, em 2019 , da Saúde – Dec-Lei nº. 23/2019, de 30 de janeiro. _____ |
| ÁREAS PROTEGIDAS | | |
| Votos contra | 0 | _____ |
| Abstenções | 0 | _____ |
| Votos a favor | 23 | Dos restantes Membros presentes. _____ |
| Aprovado por | | unanimidade , não aceitar as competências, em 2019 , as Áreas Protegidas – Dec-Lei nº. 116/2019, de 21 de janeiro. _____ |

| | | |
|---|-----------|---|
| Em 2020: | | |
| PRAIAS MARÍTIMAS, FLUVIAIS E LACUSTRES | | |
| Contra : | 6 | Óscar Silva, José Nogueira, Cláudia Moreira, Benvinda Gonzalez, Ana Tomé, Ana Cláudia Moreira e Maria do Carmo Duarte _____ |
| Abstenções: | 0 | _____ |
| A Favor: | 17 | Dos restantes Membros presentes. _____ |
| Aprovado por | | maioria , não aceitar as competências, em 2020 , a Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado (Decreto – lei nº 97/2018 de 27/11). _____ |
| VIAS DE COMUNICAÇÃO | | |
| Contra : | 0 | _____ |
| Abstenções: | 0 | _____ |
| A Favor: | 23 | Dos restantes Membros presentes. _____ |
| Aprovado por | | unanimidade , não aceitar as competências, em 2020 , Gestão das vias de comunicação (Decreto – lei nº 100/2018 de 27/11). _____ |
| ESTRUTURAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO | | |
| Contra : | 0 | _____ |
| Abstenções: | 0 | _____ |
| A Favor: | 23 | Dos Membros presentes. _____ |
| Aprovado por | | unanimidade , não aceitar as competências, em 2020 , o domínio da instalação e gestão das estruturas de atendimento ao cidadão , designadamente lojas de cidadão e de espaços de cidadão, instituição e gestão de gabinetes de apoio ao emigrante e centros locais de apoio e integração dos Migrantes (Decreto – lei nº 104/2018 de 27/11). _____ |
| HABITAÇÃO | | |
| Contra : | 0 | _____ |
| Abstenções: | 0 | _____ |
| A Favor: | 23 | Dos Membros presentes. _____ |

| | |
|-------------------------------|---|
| Aprovado por | unanimidade , não aceitar as competências, em 2020 , o domínio da habitação (Decreto – lei nº 105/2018 de 27/11) . _____ |
| ESTACIONAMENTO PÚBLICO | |
| Contra : | 6 Óscar Silva, José Nogueira, Cláudia Moreira, Benvinda Gonzalez, Ana Tomé, Ana Cláudia Moreira e Maria do Carmo Duarte. _____ |
| Abstenções: | 0 _____ |
| A Favor: | 17 Dos restantes Membros presentes. _____ |
| Aprovado por | maioria , não aceitar a competência, em 2020 , quanto ao Domínio do estacionamento público (Decreto – lei nº 107/2018 de 27/11). _____ |

| | |
|--|--|
| PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E SEGURANÇA ALIMENTAR | |
| Contra : | 0 _____ |
| Abstenções: | 0 _____ |
| A Favor: | 23 Dos Membros presentes. _____ |
| Aprovado por | unanimidade , não aceitar a competência, em 2020 , em matéria de proteção e saúde animal e segurança alimentar (Decreto – lei nº 20/2019 de 30/01). _____ |
| CULTURA | |
| Contra : | 0 _____ |
| Abstenções: | 0 _____ |
| A Favor: | 23 Dos Membros presentes. _____ |
| Aprovado por | unanimidade , não aceitar a competência, em 2020 , quanto ao domínio da cultura (Decreto – lei nº 22/2019 de 30/01). _____ |

| | |
|---------------------|---|
| SAÚDE | |
| Votos contra | 0 _____ |
| Abstenções | 0 _____ |
| Votos a favor | 23 Dos Membros presentes. _____ |
| Aprovado por | unanimidade , não aceitar as competências, em 2020 , da Saúde – Dec-Lei nº. 23/2019, de 30 de janeiro. _____ |

| | |
|-------------------------|--|
| ÁREAS PROTEGIDAS | |
| Votos contra | 0 _____ |
| Abstenções | 0 _____ |
| Votos a favor | 23 Dos Membros presentes. _____ |
| Aprovado por | unanimidade , não aceitar as competências, em 2020 , das Áreas Protegidas – Dec-Lei nº. 116/2019, de 21 de janeiro. _____ |

PONTO 7º – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA AS FREGUESIAS 2019–2020_ DEC-LEI 57/2019 – PRONÚNCIA -----

A Assembleia Municipal atenta a que algumas das competências referidas no Decreto-Lei n.º57/2019, de 30 de abril já se encontram delegadas nas Juntas de Freguesia no âmbito da assinatura dos acordos de execução e que estas se pronunciaram no sentido de não aceitar a transferência das competências em 2019 e com base nas propostas apresentadas pela Câmara Municipal aprovadas nas reuniões de 22 de agosto findo e 05 de

setembro corrente de não transferência das mencionadas competências para as freguesias quer em 2019 quer em 2020, deliberou num universo de **22 (vinte e dois)** Membros, não aceitar a transferência para as freguesias, em 2019 e 2020, das competências referidas no n.º1 do artigo 2º do Decreto-Lei 57/2019, com uma abstenção do Membro Sr. Francisco Romeu.

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 23 (vinte e três) **Membros** aprovada **por unanimidade**. _____

Finalizados os trabalhos da sessão, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que a sessão estava encerrada quando eram 16h30m. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte oito páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Coordenadora Técnica em mobilidade que a redigiu. _____

| | |
|--|--|
| Apoio à Assembleia Municipal A Coordenadora Técnica em Mobilidade | Assembleia Municipal de Valença O Presidente da Assembleia Municipal, |
| _____ | _____ |
| Elisabete Guerreiro Dias Esteves | Alberto Luís de Oliveira Vilas |